

Estudos culturais e multiculturalismo: possibilidades para o currículo

Cultural studies and multiculturalism: possibilities for the curriculum

Franz Lopes

Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho. Mestre em Educação (PPGE/UNINOVE). Professor da educação básica no componente curricular de Educação Física da Rede Municipal de São Paulo e Estadual. São Paulo – SP – Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5970-0453>
franzlopes@gmail.com

Mário Luiz Ferrari Nunes

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor no Departamento de Educação Física e Humanidades da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo – SP – Brasil
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0680-5777>
mario.nunes@fef.unicamp.br

Resumo: As trajetórias históricas dos fluxos migratórios, as fragmentações de ideias fixas de Estado Nação, a globalização cultural e econômica são fatores importantes para o surgimento do multiculturalismo, no entanto os Estudos Culturais (E.C) contribuíram para a construção das ideias nesse campo. Ancorados por proximidades teóricas e políticas os estudos integram uma vertente crítica, que questiona as estruturas liberais, econômicas e conservadoras e procura entender o fenômeno cultural como espaço de sentidos e significados que interfere na constituição das identidades, nessa lógica algumas ações vêm sendo tomadas no âmbito das políticas de Estado, as reivindicações dos grupos silenciados estão sendo escutadas. Exemplo desse movimento são as políticas de currículo implementadas em escolas, sobretudo nas décadas finais do século passado, nesse sentido esse texto procura problematizar algumas questões sobre os E.C, o multiculturalismo, bem como o currículo como espaço de cultura.

Palavras Chaves: Educação. Currículo. Multiculturalismo.

Abstract: The historical trajectories of migratory flows, the fragmentation of fixed ideas of State Nation, cultural and economic globalization are important factors for the emergence of multiculturalism, however the Cultural Studies (E.C) contributed to the construction of ideas in this field. Anchored by theoretical and political approaches, the studies integrate a critical aspect, which questions the liberal, economic and conservative structures and tries to understand the cultural phenomenon as a space of meanings and meanings that interferes in the constitution of the identities, in this logic some actions have been taken in the scope of state policies, the claims of the silenced groups are being heard. An example of this movement is the curriculum policies implemented in schools, especially in the last decades of the last century, in this sense the text tries to problematize some questions about E.C, multiculturalism, as well as the curriculum as a space of culture.

Keywords: Education. Curriculum. Multiculturalism.

1 O primeiro passo Estudos Culturais

O diálogo cultural entre as diversas realidades sociais baseia-se na humanidade em trocas de experiências que produzem significados para os grupos que se relacionam, consequentemente os conflitos entre os coletivos que simplesmente se negam a reconhecer as diferenças culturais presentes no tecido social pode potencializar um único sentido à ideia de cultura (GUEDES; NUNES; ANDRADE, 2013).

Alguns autores inclinaram suas análises sobre o tema, com isso denunciam como a ideia de cultura por vezes tenciona um não diálogo entre as diferenças, os Estudos Culturais (E.C), bem como as questões do multiculturalismo são dois exemplos do processo de crítica ao contexto social monocultural que por vezes impôs certos padrões no âmbito da cultura.

A cultura segundo Escosteguy (1998) produz efeitos nos modos de vida das pessoas, esse fato já denunciado por antropólogos ganhou novos olhares pelos estudiosos do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), diante da alteração dos “valores” tradicionais da classe operária da Inglaterra e do pós – guerra entre outros acontecimentos sociais que inspiraram pesquisas no centro. Richard Hoggart continua o debate em 1964, e analisa como as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade se sobrepõem, isto é, as formas culturais ou institucionais e práticas, assim como as relações com a sociedade e suas transformações, vão compor o eixo principal dos E.C.

Raymond Williams fundador da escola dos E.C indica um olhar sobre a história literária e demonstra que a cultura é uma categoria-chave que conecta a análise literária com a investigação social, suas reflexões indica a intensidade do debate contemporâneo sobre o impacto cultural dos meios massivos de comunicação, exibindo por esses certo receio em relação à cultura popular e mostrando como tais meios impunham seus significados sobre os grupos “subjugados” (ESCOSTEGUY, 1998).

Em relação à contribuição de E.P Thompson, outro teórico do movimento dos E.C, esse influencia o desenvolvimento da história social britânica com os olhares da tradição marxista, para ele a cultura era uma rede vivida de práticas e relações que constituíam a vida cotidiana do indivíduo e que estava em primeiro plano, mas, de certa forma, Thompson resistia ao entendimento de cultura enquanto forma de vida global, em vez disso, preferia entendê-la enquanto um enfrentamento entre modos de vida diferente de um sistema alienador (ESCOSTEGUY, 2018; STOREY, 2015).

Segundo os autores, Stuart Hall, um contemporâneo do seguimento teórico, ressalta que as análises dos E.C não foram de forma alguma, “livros didáticos” para fundar uma nova subdisciplina acadêmica no centro: nada poderia estar mais distante de seu impulso intrínseco para panfletar sobre os estudos, quer fossem objetos históricos ou contemporâneos em foco, os estudos identificados pelas pressões imediatas do seu tempo e da sociedade na qual foram escritos e organizados no contexto da época tiveram elementos que integram as respostas de pressões vividas no período por muitas sociedades.

Embora não seja citado como membro do trio fundador, a expressiva participação de Stuart Hall na formação dos E.C britânicos é reconhecida por grande parte do coletivo acadêmico ao redor do mundo, ao substituir Hoggart na direção do Centro, de 1968 a 1979, o teórico se debruçou no desenvolvimento de investigações sobre as práticas de resistência das chamadas “subculturas” e análises dos meios massivos de comunicação, esses objetos de estudo foram rudimentares e identificou os impactos nos

modos de vida social, Hall, exerceu uma função de “aglutinador” em momentos de intensas distensões teóricas e, sobretudo segundo os autores, destravou debates teórico-políticos tornando-se um “catalizador” de inúmeros projetos coletivos.

Segundo Hall (1997; 2013), Escosteguy (1998), e Storey (2015), os E.C podem ser visto tanto do ponto de vista político, por tentar a composição de “projeto político” nas questões de “política cultural”, que por sua vez são sinônimos de “correção política” dos vários movimentos por reivindicação de espaço e direitos, bem como o reconhecimento no tecido social, nessa lógica esses grupos saíam da posição de “subalternos”. Do ponto de vista teórico a intenção é construir um novo campo de estudos, nesse caso o resultado da insatisfação com os limites de algumas reflexões que não se propõem a reconhecer as distintas culturas é um dos motivos desse novo legado.

Os E.C atribuem à cultura um papel que não é totalmente explicado pelas determinações da esfera econômica. A relação entre marxismo e E.C se desenvolve por meio da crítica sobre propenso reducionismo ao economicismo, resultando na contestação do modelo base-superestrutura. A perspectiva marxista contribuiu para os E.C no sentido de compreender a cultura na sua “autonomia relativa”, isto é, a cultura não é dependente mais pode ser o reflexo das relações econômicas, porém tem influência e sofre consequências das relações político-econômicas. Como Althusser argumentava, existem várias forças determinantes, na esfera econômica, política e cultural, competindo e em conflito entre elas compondo a complexa unidade, a sociedade (HALL, 2013).

A questão da relação entre práticas culturais e outras teorias que tem a finalidade entender o social, como por exemplo, as relações entre o cultural, econômico, político e instâncias ideológicas, é um deslocamento importante na construção de um novo campo de atuação dos E.C. segundo o autor.

Além disso, Hall, expressa que a ideologia deve ser considerada “não só na linguagem ou nas representações, mas, também, em condições materiais nas instituições e nas práticas sociais que organiza a vida dos sujeitos”. Se na primeira geração dos E.C, as pesquisas delimitavam principalmente nas seguintes áreas: as subculturas, as condutas “desviantes”, as sociabilidades operárias, a escola, a música e a linguagem, o autor começa a contemplar novas perspectivas de estudos.

O entendimento dos meios de comunicação de massa (MCM) como simples instrumentos de manipulação e controle na estratificação social não pode ser desprivilegiado, os E.C para Hall, compreendem que os “produtos culturais” idealizados como agentes da reprodução social acentua uma natureza complexa, dinâmica e ativa na construção da hegemonia.

A contribuição de Antonio Gramsci, Segundo Hall (1997; 2013), é fundamental, isso porque marca como a mudança pode ser construída dentro do sistema, a teoria da hegemonia gramsciana pressupõe a conquista do consentimento do movimento de construção da direção política da sociedade que pressupõe complexas interações e empréstimos entre as culturas populares e a cultura hegemônica.

De forma sintética, pode-se entender que os E.C começa a olhar para outros campos sociais no início dos anos 80, como foco irradiador de uma plataforma teórica derivada de importações e transformações que se configurou pluriteórica; assim inicia-se a abertura de problemáticas antes desconsideradas como as vinculadas às identidades étnicas e sexuais com as já existentes relacionadas às culturas populares e aos meios de comunicação de massa que proporcionam aos E.C campos heterogêneos decorrentes de tensões sociais, que por sua vez estão presentes na pulverização dos espaços públicos.

2 Estudos culturais e multiculturalismo

Segundo Zorzi (2012), os E.C organizado na geração de Stuart Hall, tem laços evidentes com as questões institucionais localizadas pelos pioneiros do campo teórico, Hall, declara abertamente ter afetividade com as gerações anteriores, no entanto assume que outros terrenos devem ser explorado. Considerando que um dos objetos de investigação dos E.C são as relações teóricas e conceituais, nesse sentido é evidente que as influências desenvolvidas sobre o conceito de “multiculturalismo” tenha similaridade com os E.C, as correlações são implícitas ou explícitas e identificam possibilidades que aparecem ao longo de suas reivindicações.

A ideia de multiculturalismo trabalhado por Hall, tem similaridades com os E.C na dupla função teórica e política, esse processo fica evidente quando o autor anuncia que: a cidadania universal e a neutralidade cultural do Estado são as duas bases da generalização liberal ocidental. Quanto ao primeiro, há um vazio entre ideal coletivo e prática social, entre igualdade formal e igualdade concreta, isso porque entre o social e o Estado existe uma lacuna no dialogo cultural. Sobre o segundo, ocorreram esforços no sentido de praticar a tolerância religiosa, liberdade de expressão, estado de direito, igualdade formal e legalidade processual, o sufrágio universal são realizações positivas para Hall. Entretanto, a neutralidade do Estado funciona apenas quando se pressupõe uma homogeneidade cultural ampla entre os governados, essa presunção fundamentou as democracias liberais ocidentais até os dias atuais (ZORZI, 2012).

A função política nas discussões do multiculturalismo apresenta-se com a intenção de fornecer suporte aos problemas enfrentados por diversas sociedades, questões como racismo, orientação sexual, feminismo, entre outros temas.

Sobre as questões do multiculturalismo, a palavra pode ser entendida segundo Mendes (2010) como estado de coisas em uma situação de facto, designa-se a uma atitude valorativa, traduzida na maioria dos casos em militância cultural ou em ação política que se exprime na defesa dos benefícios do direito ao espaço público e as diversas manifestações sociais.

Para o autor, ao compor a palavra o sufixo “ismo”, como cristianismo, liberalismo, socialismo ou individualismo, quer dizer: uma atitude política, uma ideologia, uma escola de pensamento, uma crença ou doutrina, um sistema de convicções que se convertem, ou não, em ação interventiva. A ideia de multiculturalismo está no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a cultura e a coesão social.

Nesse sentido Hall (2013) amplia o debate e afirma que:

Pode ser útil aqui fazer uma distinção entre o “multicultural” e o “multiculturalismo”. Multicultural é um termo qualificado. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida comum, ao mesmo tempo em que retém algo da sua identidade “original”. Em contrapartida o termo “multiculturalismo” é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade (p. 57).

Continua o autor, e expõe que o termo usualmente é utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais.

“Multicultural”, entretanto, é, por definição plural, existem muitas sociedades multicultural, como por exemplo, os Estados Unidos, a Grã Bretanha, França, Malásia, Sri Lanka, Nova Zelândia, Indonésia, África do Sul, Nigéria entre outros países.

Essas são formas distintas “multiculturais”, ainda sim, todas têm características em comum, são por definições culturalmente heterogêneas, distingue do sentido de Estado-Nação “moderno”, constitucional liberal do Ocidente, que se afirma sobre o pressuposto geralmente tácito da homogeneidade cultural organizada em torno de valores universais, seculares e individuais (HALL, 2013).

O termo multicultural e multiculturalismo são interpretados de tal forma que é praticamente impossível separá-los. Contudo, o “multiculturalismo” apresenta algumas diferenças específicas que denomina uma variedade de articulações, ideias e práticas sociais. A questão do “ismo” como já mencionado e corroborado por Hall (2013) tende a converter o “multiculturalismo” em uma doutrina política, reduzindo-o a uma singularidade formal e fixando-o em condição petrificada. Assim se convertida à heterogeneidade característica das condições multiculturais é reduzida a uma doutrina fácil e prosaica.

O “multiculturalismo” não é um único pensamento, não caracteriza uma estratégia política e não representa o estado das coisas já alcançadas e também não é uma forma disfarçada de endossar algum estado ideal ou utópico. As ideias sobre o “multiculturalismo” descreve uma serie de processo e estratégias políticas sempre inacabadas, assim como há distintas sociedade “multiculturais” existem também “multiculturalismo” bem diversos.

Para que se chagasse a essa conclusão Hall, (1997, 2013), e Harvey (1992), apontam algumas transformações no cenário social, para eles os exemplos históricos são relevantes no sentido de entender a emergência da dinâmica dos contextos contemporâneos, no entanto apenas Hall aborda o “multiculturalismo” que se expressa no mundo pós-guerra que preconizou importantes reivindicações, mais também certos apaziguamentos. Nessa lógica não há uma relação linear entre o colonial e o pós-colonial, desde a II guerra o “multiculturalismo” tem se alterado e se intensificado tornando-se evidência e tomando lugar central no campo da contestação política, isso é resultado de uma serie de mudanças decisivas, bem como uma reconfiguração estratégica das forças e relações sociais em todo o globo.

3 Transformações sociais e multiculturalismo

Uma das primeiras grandes transformações segundo os autores, foi o fim do velho sistema imperial europeu e as lutas pela descolonização e independência nacional, nos primórdios do desmantelamento dos antigos impérios, vários dos Estado-Nação, multiétnicos e multiculturais foram criados, entretanto estes continuam a refletir suas condições ancoradas no colonialismo que paulatinamente estão propensos a outras maneiras de entender as relações sociais. Nesse sentido, há uma ligação entre o ressurgimento da questão “multicultural” e o fenômeno pós-colonial.

A guerra fria também provocou deslocamentos nessa nova configuração social, suas principais características em relação às rupturas pós-1989 da União Soviética enquanto formação transnacional foram o declínio do comunismo de Estado como modelo de desenvolvimento industrial, a esfera soviética não tinha mais tanta influencia nas decisões diplomáticas na Europa Oriental e na Ásia Central. Esse conjunto de fatos

regionais causou efeitos importantes semelhantes aos velhos sistemas imperiais, sobretudo o ano de 1989 foi seguido pela tentativa de reorganização social liderada pelos Estados Unidos da América na missão de construir uma nova ordem mundial (HALL, 1997, 2013; HARVEY, 1992).

A projecta globalização que teve como instrumento quase que principal a invasão de terras pelo globo, as exploração escravas, bem como a colonização foram as primeiras histórias de um processo secular, que segundo Hall (2013), Marx denominou-o “a formação do mercado Mundial”. No entanto desde os anos 70, o processo tem assumido novos contornos e ao mesmo tempo se consolidado. A globalização contemporânea é associada ao surgimento de novos mercados financeiros desregulamentados ao capital global aos fluxos de moedas grandes o suficiente para desestabilizar as economias médias, às formas transnacionais de produção e consumo, o crescimento exponencial de novas indústrias culturais impulsionada pelas tecnologias da informação e comunicação, bem como o aparecimento da “economia do conhecimento” contribuíram para a nova ordem social.

A característica desta fase segundo os autores é a compreensão do tempo-espaço que tenta de uma forma incompleta combinar tempos, espaços, histórias e mercado no centro de um cronotopo espaço-temporal “global” homogêneo.

Ainda que todas essas questões tenham sido significativamente expressivas para a reorganização social, as consequências desses fatos foram importantes para que as relações marcadas pelo processo de desarraigamento irregular e de destradicionalização que não se restringem às sociedades em desenvolvimento, mais também as sociedades que segundo Hall (2013) indica ser mais periféricas por ficar a margem, não pertencendo a certos padrões em relação a uma “centralidade da cultura”.

Nesse sentido, Mendes (2010) afirma que as políticas multiculturalistas por reivindicação de direitos correspondem à execução de programas sociais em diversos campos, que proporciona as populações “subjugadas” o reconhecimento no tecido social. Os grupos que por muito tempo viveram fora do acesso aos bens produzidos pela humanidade e tiveram seus bens silenciados como, por exemplo, as escolas e se estendem as artes, a música, as culinárias e até a própria produção do conhecimento nas universidades, reivindicam o acesso a toda criação da humanidade e apresentar o seu patrimônio cultural também.

O “multiculturalismo” é nesta acepção, um arrojado laço ideológico, sobretudo ocidental resultante da multiculturalidade que se exprime na vida social e política das pessoas como um conjunto de atitudes favoráveis ao respeito pela alteridade, isso quer dizer, pela “diferença” que marcou as ciências humanas e as práticas culturais em alguns casos e tentou impor o contrato social monocultura nos países ocidentais desenvolvidos com a intenção do benefício das questões econômicas (MENDES, 2010).

Porém Hall, (2013) pede prudência ao referirmos as indagações do “multiculturalismo”, assim como há distintas sociedades multiculturais, existem também dissemelhantes formas de multiculturalismo, o autor descreve algumas delas como sendo: Conservador, Liberal, pluralista, comercial, corporativo, crítico ou “revolucionário” esses são alguns dos exemplos.

É importante entender as separações de cada um deles, o primeiro ao insistir na assimilação da diferença em seguir a tradição e costumes da maioria, tende a impor certos modos de pensar e agir que não se relacionam com o entender dos múltiplos ritos que envolve a construção cultural e social dos diversos grupos “subjugados”.

Já o segundo, busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível a sociedade “majoritária”, baseando-se em uma cidadania individual e universal, tolerando certas práticas culturais particularistas apenas no domínio privado, silenciando quando as expressões sociais são públicas.

O multiculturalismo pluralista, por sua vez, garante diferenças grupais em termos culturais e concede direitos distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária ou mais comunal, no entanto não aprofunda os diálogos entre as culturas, abordando superficialmente as diferenças.

Pressupõem que, no multiculturalismo comercial, se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural serão resolvidos e dissolvidos no consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos.

Por outro lado, no multiculturalismo corporativo (público ou privado) busca “administrar” as diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro, esse movimento é propenso a fazer com que as culturas fiquem sempre inclinadas a não expressar totalmente suas identidades.

E por último o multiculturalismo crítico ou revolucionário que enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência, esse procura ser insurgente, polivocal, heteroglossa e antifundacional.

É nesse sentido, que Silva (2000) cauteloso em suas posições afirma que o Multiculturalismo pode ser:

Movimento que, fundamentalmente argumenta em favor de um currículo que seja culturalmente inclusivo, incorporando as tradições culturais dos diferentes grupos culturais e sociais. Pode ser visto como o resultado de uma reivindicação de grupos subordinados – como mulheres, as pessoas negras e as homossexuais, por exemplo – para que nos conhecimentos integrantes de suas tradições culturais sejam incluídos no currículos escolares e universitários. Mais criticamente, entretanto, também pode ser visto como estratégia dos grupos dominantes, em países metropolitanos da antiga ordem colonial, para conter e controlar as demandas dos grupos de migrante das antigas colônia (p. 81).

3.1 Currículo e multiculturalismo crítico

As questões dos E.C, bem como as do “multiculturalismo” estão abertas para novas reflexões e inferências no âmbito social, porém Silva (2000) nos apresenta um importante tema no campo da educação que tencionam as questões didáticas, metodologias e práticas sobre o assunto educacional, com esses três elementos em diálogo o currículo emerge e passa ser tema expressivo na educação escolar nos mais diversos níveis e modalidades de ensino.

O entendimento do termo currículo é familiar para a maioria das pessoas que trabalham nas escolas e nos sistemas educacionais, como consequência dessa familiaridade Moreira e Candau (2007), alerta que talvez as pessoas que estão imbricadas nas relações educacionais não destinam muito tempo a refletir sobre o sentido e significados impressos sobre o tema. Os autores exprimem as distintas concepções que derivam dos diversos modos de como a educação é concebida historicamente.

Diferentes fatores, como os socioeconômicos, políticos e culturais contribuem para que o currículo venha a ser entendido como: (a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 17).

Os princípios apresentados refletem diversos posicionamentos, compromissos e pontos de vista. A demanda sobre o currículo incorpora com maior ou menor ênfase, os conhecimentos escolares, os procedimentos e as relações sociais que expõem o cenário em que ensinam e aprendem as transformações que se deseja promover, os valores que tenciona a inculcar na formação da identidade. Não é pretensão nesse texto considerar qualquer destes itens como certo ou errado e sim procurar expor as discussões sobre o tema e seu potencial de tencionar vetores de verdade ou discursos negados (MOREIRA; CANDAU, 2007).

No entanto, Lopes e Macedo (2013), propõem o entendimento currículo na última perspectiva organizada por Hall (2013) e Mc Laren (2000), como uma alternativa importante que por sua vez rejeitam posturas conservadoras que negam o multiculturalismo crítico ou revolucionários e defende a cultura comum, tal postura se alicerçam na naturalização da diferença e pode ser caracterizada pela inferioridade das culturas de grupos minoritários.

Segundo as autoras a reposta no campo do currículo à ampliação dos fluxos culturais tem sido a categoria do multiculturalismo crítico ou revolucionário, hoje no Brasil encontramos práticas que dialogam com esse referencial. No âmbito das teorias pós-crítica o contexto hegemônico das culturas, bem como das questões curriculares são colocadas em xeque, com isso a reposta ao novo cenário social na educação é capaz de influenciar as culturas. Essa perspectiva aposta no diálogo, na interação, na negociação, no consenso conflituoso entre as diversas culturas e ampliam a discussão para além do controle das reivindicações multiculturais conservadoras apresentadas por Hall.

O questionamento da cultura geral ou do universalismo vem acompanhado da “descrença” epistemológica sobre a ideia de homogeneidade, ou a lógica iluminista. Nesse sentido, o currículo seria cultural à medida que funciona como sistema de significação produzido pelos sujeitos (LOPES e MACEDO, 2013).

4 Considerações finais

Na educação ou nas questões curriculares o multiculturalismo crítico ou revolucionário, reconhece o outro, aquele que é oposto a nós, ao nosso modo de ser, pensar e agir no mundo e procura trazer todos em condições equitativas para o diálogo e para o conflito da construção coletiva, trata-se nesse sentido de uma “pedagogia do dissenso” que promove uma prática de negociação cultural que enfrente as questões hierárquicas de poder, que encare o modo como o poder foi construído e quais as estratégias que utiliza para se manter em assimetria com os grupos “subjugados” (NEIRA; NUNES, 2009).

Uma pedagogia que segundo os autores, enfatize os processos de construção política e social da supremacia de certos grupos e identifique suas formas hegemônicas

pelo poder, pode denunciar os processos institucionais, econômicos, estruturais, que estariam na base de produção das formas de discriminação e desigualdades baseadas nas diferenças culturais.

Nessa lógica, um currículo pautado nesse referencial deve tomar cuidado em seu desenvolvimento para não transformar os diversos saberes culturais em meros objetos de consumo atribuindo a eles conotações turísticas ou exóticas. A prática pedagógica deve ser espaço em que as vozes historicamente silenciadas sejam valorizadas. A presença das diversas vozes no currículo deve ser tratada como a oportunidade das culturas estabelecerem umas com as outras interlocuções que reconhecem o modo como narram a realidade e por que assim o fazem. E por último é necessário reconhecer segundo Neira e Nunes (2009) que o processo de interação cultural passa por uma análise das próprias manifestações que produzem e reproduzem identidade e representações.

Referências

- GUEDES, Elocir. NUNES, Pâmela. ANDRADE, Tatiane. O uso da lei 10.639/03 em sala de aula. *Revista Latino-Americana de História*. v. 2, n. 6, Edição Especial, p. 421-430 – ago./2013 –
- ESCOSTEGUY, Ana.C. D. Uma introdução aos estudos culturais. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, n. 9, dez. 1998.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre revoluções do nosso tempo. In: *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 22, n. 2, p.15-46, jul./dez.1997.
- _____. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; 2013.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LOPES, Alice.C.; MACEDO, Elisabete. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2013.
- MOREIRA, Antônio. B. F. CANDAU, Vera. M. *Indagações sobre currículo : currículo, conhecimento e cultura*. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- McLAREN, Peter. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- MENDES, João. M. *Cultura e multiculturalidade*. Escola Superior de Teatro e Cinema. Amadora Julho de 2010.
- NEIRA, Marcos; NUNES, Mario L. F. *Educação física, currículo e cultura*. São Paulo: Phorte, 2009.
- SILVA, Tomaz. T. *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- STOREY, John. *Teoria cultural e cultura popular: uma introdução*. Tradução de Pedro Bastos. São Paulo, 2015.
- ZORZI, José. A. *Estudos culturais e multiculturalismo: uma perspectiva das relações entre campos de estudos em Stuart Hall*. 2012, 53 f. (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de História: Licenciatura. Porto Alegre, RS, 2012.

recebido em 18 jun. 2018 / aprovado em 2 out. 2018

Para referenciar este texto:

LOPES, F.; NUNES, M. L. F. Estudos culturais e multiculturalismo: possibilidades para o currículo. *Dialogia*, São Paulo, n. 31, p. 145-153. jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/Dialogia.n31.8817>>.

